

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HABEAS CORPUS Nº 536.220 - ES (2019/0291001-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**EDUARDO SALUME - ES363630**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**PACIENTE : CONRADO NUNES DE OLIVEIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

## **DECISÃO**

**CONRADO NUNES DE OLIVEIRA** alega sofrer coação ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**, que denegou a ordem no HC n. 0020810-36.2019.8.08.0000.

Nesta Corte, a defesa sustenta que o paciente não tem condições de efetivar o pagamento do valor arbitrado como fiança e, por isso, permanece preso.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de **alvará de soltura**.

### **O pedido de urgência comporta acolhimento.**

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito descrito no art. 306, § 1º, I e II, da Lei n. 9.50/1997, e teve cassada a fiança anteriormente arbitrada em R\$500,00 pela autoridade policial, conforme abaixo aduzido:

[...]

Nesse contexto, verifico que há indícios de autoria e de materialidade, já que nos autos possui uma fotografia comprovando que o autuado colidiu com seu veículo, além do teste do bafômetro constatar que o conduzido estaria dirigindo com sua capacidade psicomotora alterada. Ressalto ainda, que os policiais militares

narraram que o autuado teria colidido em outros veículos. Destaco também que **o autuado encontra-se cumprindo pena no Estado do Rio de Janeiro, razão pela qual não deveria se envolver em outros delitos**. A conduta imputada é grave exigindo a adoção de medidas enérgicas por parte do Poder Judiciário como forma de assegurar a ordem pública. Neste contexto, a decretação da prisão preventiva, é de rigor. Incabíveis a aplicação de medidas cautelares em meio aberto, já que se faz necessário evitar a reiteração da conduta delituosa. Ante o exposto, **casso a fiança arbitrada** pela autoridade policial e CONVERTO a prisão em flagrante delito do autuado CONRADO NUNES DE OLIVEIRA em PRISÃO PREVENTIVA para garantir a ordem pública (fl. 11, destaquei).

Impetrado habeas corpus perante o Tribunal estadual, a Corte denegado a ordem, pois:

[...]

A despeito do que se sustenta, há a expressa menção a registros criminais em desfavor do paciente, sendo possível extrair até mesmo a informação de que o mesmo, ao tempo dos fatos praticados, **encontrava-se cumprindo pena** no Estado do Rio de Janeiro (fl. 18, grifei).

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de **motivação idônea, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva do réu, diante dos indícios de habitualidade delitiva**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, notadamente a respeito da eventual prolação de sentença ou concessão de liberdade provisória ao réu, com o envio de cópia do ato decisório, **via malote digital**.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

